

19 de Junho de 2020

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



ATUAÇÃO CONJUNTA DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL E MARINHA DO BRASIL AMPLIA CONHECIMENTO DAS POTENCIALIDADES MINERAIS NA AMAZÔNIA AZUL E EM ÁGUAS INTERNACIONAIS NO ATLÂNTICO SUL E EQUATORIAL

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) desenvolve há décadas diversos programas e projetos em conjunto com a Marinha do Brasil como parte do Programa de Geologia Marinha do Estado Brasileiro, considerado estratégico para ciência, economia e soberania nacional. Os projetos têm como objetivo produzir informações geológicas para subsidiar a tomada de decisão quanto às atividades de exploração mineral, planejamento espacial e uso compartilhado da Zona Costeira (ZC), Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) e áreas internacionais adjacentes (AREA).

Conforme, estabelecido na Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e detalhado nos VII, VIII e IX dos Planos Setoriais para os Recursos do Mar (PSRM), o Estado Brasileiro considera o Atlântico Sul e Equatorial uma região de interesse nacional não só pelo aspecto econômico, como também pelo seu caráter político e estratégico. Dentro destes princípios, foram implementados, em âmbito nacional, três grandes programas instituídos pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), dentre eles: i) Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMLAC), ii) Programa de Prospecção e Exploração dos Recursos Minerais da Área (PROAREA) e iii) i) Programa de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC).

No âmbito dos programas REMLAC, a CPRM atua em conjunto com a Marinha do Brasil nos projetos de exploração de crostas ferromanganesíferas ricas em cobalto na Elevação do Rio Grande (PROERG), granulados marinhos na plataforma continental brasileira (Projeto Plataforma Rasa) e o fosfato marinho na região do terraço do Rio Grande (PROFOSFORITA); No PROAREA, com o projeto de exploração de sulfetos polimetálicos na dorsal meso-atlântica equatorial (PROCORDILHEIRA) e no LEPLAC. “O PROERG forneceu uma enorme quantidade de dados coletados pela CPRM, desde o ano de 2009, os quais subsidiaram a proposta brasileira, submetida em dezembro de 2018 junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU para extensão da plataforma continental jurídica para além das 200 MN, na porção da margem oriental brasileira, a qual engloba a Elevação do Rio Grande com o acréscimo de aproximadamente 900 mil Km² para a Amazônia Azul”, destaca o coordenador do Programa de Geologia Marinha junto ao Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES) do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Eugênio Frazão.

Neste ano, foram realizadas duas expedições entre os meses de janeiro e março, contemplando as regiões da Elevação do Rio Grande (ERG) e do Terraço do Rio Grande. Ainda está prevista para outubro uma segunda expedição de geofísica para a região da ERG, também com o navio NPqHo Vital de Oliveira, o que exemplifica a importância significativa da parceria com a Marinha do Brasil para o avanço das pesquisas em geociências marinhas na Amazônia Azul e em águas internacionais. “O Serviço Geológico do Brasil contribui para superar o grande desafio que é estudar e proteger a extensa área marítima brasileira, com mais de 5,7 milhões km², denominada “Amazônia Azul”, onde se localizam recursos minerais, alimentares e de energia. Cerca de 90% da produção petrolífera e 77% da produção do gás natural vem do mar, além de se constituir importante rota comercial”, avaliou.

Em parceria com a Petrobras, MCTIC e Vale, a CPRM e a Marinha do Brasil assinaram no ano de 2018 acordo de cooperação para a criação do Comitê Gestor de Governança do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira, que tem um papel fundamental para o avanço das pesquisas e do conhecimento dos recursos minerais e ambientais na Amazônia Azul e em águas internacionais, com a utilização de equipamentos modernos, como por

exemplo o ROV (Remotely Operated Vehicle), usado para investigar remotamente o leito marinho, tornando o navio uma das plataformas mais modernas do mundo.

Fonte: CPRM

Data: 10/06/2020



SETOR MINERAL BRASILEIRO DEVE CAIR 4,5% POR CAUSA DA PANDEMIA

O setor mineral brasileiro deve ter uma redução da ordem de 4,5% por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), conforme estimativa do Banco Mundial. Dados divulgados na quarta-feira (18) pelo Ministério de Minas e Energia (MME), do primeiro trimestre deste ano, já mostram recuo em relação ao mesmo período do ano anterior.

Segundo o levantamento, compilado pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) e atualizado trimestralmente, o saldo da balança comercial do setor mineral fechou o 1º trimestre de 2020 favorável em US\$ 5,2 bilhões, somando exportações de US\$ 11 bilhões, reduzidas em 3,6%, e importações de US\$ 5,8 bilhões, inferiores 11%, na comparação com o mesmo período de 2019.

Entre janeiro e março de 2020, a participação das exportações do setor mineral no total das exportações brasileiras foi de cerca de 22%, com destaque para as exportações de minério de ferro, responsáveis por 9,3% do total das exportações brasileiras. Já as importações do setor mineral representaram, no mesmo período, 13,5% do total das importações do país, conforme os dados.

O MME mostra que, com referência apenas à mineração, no 1º trimestre de 2020, as exportações totalizaram US\$ 5,6 bilhões, apresentando um pequeno declínio, da ordem de 3%, "atribuído, principalmente, à redução (17%) do volume de exportação do minério de ferro, principal item dessa pauta, com participação de 82%".

Quanto às importações da mineração, no comparativo com mesmo período do ano anterior, o levantamento mostra uma considerável queda de aproximadamente 40%, passando de US\$ 2 bilhões para US\$ 1,2 bilhão, justificado, principalmente, "pelo declínio em volume das compras de carvão metalúrgico e potássio, principais commodities dessa pauta".

Já a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) no 1º trimestre de 2020, segundo os dados, foi aproximadamente 17% maior que o mesmo período de 2019. "Tal comportamento pode ser atribuído, em grande parte, à variação positiva do preço do minério de ferro (alta de 9% na comparação entre os períodos) e à desvalorização cambial", afirma o relatório. No entanto, quando se compara o 1º trimestre de 2020 ao 4º trimestre de 2019, a arrecadação diminuiu cerca de 18%.

No começo do ano, conforme o MME, as perspectivas de crescimento do setor mineral brasileiro "eram muito favoráveis", com aumento nos investimentos na ordem de 17%, alcançando US\$ 35,2 bilhões, no período de 2020 até 2024.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 18/06/2020



NEXA RESOURCES FAZ ACORDO E GARIMPEIROS PODERÃO EXPLORAR OURO DE FORMA LEGAL

A mineradora Nexa Resources e representantes dos garimpeiros chegaram um acordo para que os cerca de 1,5 mil trabalhadores da classe possam exercer a extração de ouro de forma legal na região de Aripuanã (MT). As conversas ocorreram na terça-feira (16) e foram mediadas pela Companhia Mato-grossense de Mineração (Metamat).

Segundo o governo do Mato Grosso, o acordo abrange uma área de 516 hectares, que será cedida para mineração de ouro na superfície, e os recursos minerais presentes no subsolo como zinco, cobre e chumbo continuarão sendo explorados pela Nexa.

"Nosso papel foi, de forma imparcial, ajudar o grande, o médio e o pequeno minerador. Felizmente, todos os interesses estão convergindo, a empresa continua com o seu grande projeto, os garimpeiros irão trabalhar dentro da absoluta legalidade e ainda no futuro, se a empresa quiser explorar o subsolo mais profundo, poderá utilizar a área", explica o gerente da Agência Nacional de Mineração (ANM) em Mato Grosso, Roberto Vargas.

O presidente da Metamat, Juliano Jorge Boraczynski, destaca que esse foi o primeiro passo para possibilitar que as famílias da localidade possam continuar trabalhando, e gerando emprego e renda no município, de forma legalizada.

O executivo disse que a Metamat fornecerá apoio técnico para a Cooperativa de Mineradores e Garimpeiros de Aripuanã (Coopemiga) com a abertura de um escritório com um geólogo para atender a Cooperativa no município. A previsão, segundo ele, é de que o novo escritório atenda também a demanda de capacitação em lapidação de pedras coradas, com o objetivo de aumentar a renda local com o beneficiamento de pedras para o mercado interno e externo.

Conforme o presidente da Coopemiga, Antônio Vieira da Silva, o apoio técnico oferecido pela Metamat é "importantíssimo para dar condições para os garimpeiros". A cooperativa foi criada em dezembro de 2019 com o objetivo de auxiliar na legalização do garimpo na região.

Na semana passada, centenas de garimpeiros impediram a passagem de representantes da Nexa, fechando a ponte sobre o Rio Aripuanã, na MT 208, estrada que dá acesso ao local onde acontecem as obras do projeto de zinco Aripuanã. O motivo da manifestação foi a negativa da mineradora em participar de uma reunião que trataria da liberação da área para os garimpeiros trabalharem de forma legal.

Caso

Segundo o governo local, o conflito pelo uso da área teve início em outubro do ano passado, quando uma operação da Polícia Federal (PF) foi deflagrada para inibir o garimpo ilegal no Estado, retirando os garimpeiros do local.

O Projeto Aripuanã da Nexa possui a licença para exercer as atividades de mineração no local. Só que já existia uma área utilizada como garimpo desde a década 1980, com grande importância na economia local da cidade, disse o geólogo da Metamat, Antônio João Paes de Barros.

O empreendimento da Nexa Resources tem investimento direto de R\$ 2 bilhões e prevê a exploração e beneficiamento de zinco, cobre e chumbo, na Serra do Expedito, a 25 km da cidade de Aripuanã. O projeto está em fase de implantação e a previsão de início das operações é 2021.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 17/06/2020



METEORIC LANDS ON 'FANTASTIC' MOTHBALLLED GOLD MINE IN WA

Meteoric Resources plans to acquire the Palm Springs gold project in the Kimberley region of Western Australia.

The \$1 million deal includes the takeover of Palm Springs' current holders, Horrocks Enterprises and Kimberly Resources, from Perth-based Rimbald and Pinnacle Nominees.

The Palm Springs project is an advanced exploration play with production in the late 1990s.

Its previous owner, Precious Metals Australia produced over 50,000 ounces at two grams per tonne from the Butchers Creek open pit mine until mining was suspended due to low gold price.

The project also bore the fingerprints of Northern Star Resources, which completed drilling and a mineral resource at multiple prospects on the project.

Its best results include two metres at 174.7 grams per tonne from 12 metres, and five metres at 4.9 grams per tonne, including 0.4 metres at 47.2 grams per tonne from 126.6 metres.

Meteoric managing director Andrew Tunks said the company had been looking for an Australian gold project since early this year to complement its Brazilian assets and take advantage of historically high gold prices.

"During our due diligence process, it became obvious that the Butchers Creek area has had no modern exploration since the mine closed in 1997," he said.

"Since that time, all the historic digital data has been lost and as such, the geological evaluation had to be carried out via 'the old school' method of manually working through 65 paper drill cross-sections, a slow and painstaking process of reading the section drilling data off metre by metre to compile the significant intercepts.

"As we worked through the sections in detail, it highlighted to me the incredibly significant opportunity that Palm Springs offers Meteoric."

The team discovered a planned pit extension that was never completed, and the continuity of the grades and thick, robust nature of the mineralised zones.

Meteoric plans to target its initial drilling programs on this and other similar zones below.

Company geologists will commence data collection and engagement with local groups this week in preparation for a drill program, which could start at Butchers Creek as soon as practicable.

"The Palm Springs project is a fantastic addition to (Meteoric's) gold portfolio ... and I look forward to progressing our 2020 exploration programs concurrently at both our Australian and Brazilian assets," Tunks concluded.

Fonte: Australian Mining

Data: 17/06/2020



VALORE TEM PRIMEIROS RESULTADOS DE NOVOS ALVOS NO PROJETO DE PLATINA NO CEARÁ

A ValOre Metals relatou nesta quarta-feira (17) os primeiros resultados de análise em amostras de três novos alvos em seu projeto de elementos do grupo da platina Pedra Branca, no Ceará. Além disso, a companhia canadense anunciou também o início de um programa de testes metalúrgicos para o projeto localizado no município de Capitão Mor.

Segundo a ValOre, os primeiros dados são relativos a 54 amostras coletadas no programa de exploração iniciado nos três alvos, chamados coletivamente de Mendes North. De acordo com a mineradora, os resultados do teste 2PGE+Au (paládio, platina e ouro) retornaram até teor superior a 26g de 2PGE+Au/t, sendo que quatro amostras apresentaram teor maior que 10g de 2PGE+Au/t e as análises em seis amostras retornaram teores de 5g a 10g de 2PGE+Au/t.

"Vinte e sete amostras adicionais que retornam notas anormais de 2PGE+Au", declarou a empresa, salientando que ainda aguarda os demais resultados. Ao todo foram coletadas 598 amostras de solo do programa geoquímico Mendes North foram recebidas pela SGS Geosol e a ValOre espera os dados em até duas semanas.

De acordo com a empresa, a SGS Canada Inc realizará testes metalúrgicos em amostras mineralizadas de depósitos em Pedra Branca para avaliar a conveniência da separação por gravidade e lixiviação.

"O trabalho de teste de separação por gravidade será realizado para caracterizar o balanço metalúrgico relacionado às recuperações de massa de PGE. Além disso, a lixiviação será testada para acompanhar e corroborar achados anteriores dessa técnica de processamento metalúrgico", afirmou a empresa.

"Nossa equipe continua a demonstrar a mineralização generalizada e de alto teor no projeto Pedra Branca", afirmou o presidente e diretor-executivo da ValOre, Jim Paterson, salientando ainda que o início do trabalho de teste metalúrgico, combinado com uma campanha de sondagem planejada para o ativo, "aumentará muito o entendimento e ajudará a acelerar o avanço deste projeto emocionante".

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 17/06/2020



COMMODITIES OF THE FUTURE: PREDICTING TOMORROW'S DISRUPTORS

Miners have always had to have a certain level of skill when it came to fortune-telling. It's a long planning horizon in this industry so being able to predict the commodities of the future is critical. And while the future may be cloudy for a range of commodities, it's looking bright for those linked to electric vehicles (EVs).

The EV market is set to grow exponentially in the next 20 years. Government policies in Europe, China, and the United States, along with declining battery prices, appear set to encourage automakers to establish competitive prices for EVs—which should spur EV demand and offset downside risks from infrastructure and driving range limitations. And rising EV penetration and technological breakthroughs will result in cost reductions of 10 to 25 percent per component by 2025—further cutting prices and boosting EV appeal.

This boom in EVs promises to have a seismic impact on miners. Lithium, cobalt, graphite—the demand for these essential components in EV cars and batteries is already starting to spike. And let's not forget the demand growth that is now being forecast for copper and high-grade nickel. Consider the following:

- Most analysts predict that global demand for lithium will double or even triple by 2030;
- Analysts predict that demand for battery-grade graphite will triple by 2020;
- Cobalt is facing a global supply deficit that may grow from 885 tons in 2018 to 5,340 tons in 2020;
- EVs are expected to contain four times as much copper as combustion-powered engines;
- Demand for battery-grade nickel is expected to increase 50 percent by 2030.

This is very good news for under-valued miners. But ramping up output to meet this future demand will be daunting. Some key metals are in markets that are considered volatile—for example, nearly 70 percent of cobalt is from the Democratic Republic of Congo (DRC). Add to this the dominance of some markets—such as China—where supply interruption would be critically disruptive.

All this equals a mismatch between supply and demand that may be looming for high-demand minerals. In fact, by some estimates, shortages are already predicted for copper, nickel, lithium, graphite, and cobalt by 2025. And we haven't factored in that copper supply—even without EV demand—was already forecast to go into deficit as demand driven by infrastructure spending continues to grow in emerging markets.

So if miners were heeding their crystal ball when it comes to EVs, they should have already started preparing and exploring a range of approaches.

Vertical integration is one approach that is very much on the agenda now. As competition for the commodities of the future heats up, end users of these minerals are trying to secure their own sources of supply. Forward thinking mining companies should partner with end users, such as auto companies, to secure development funds or enter direct-to-customer supply contracts.

Some miners are investing in technology upgrades to optimize mineral recovery, eliminate waste, and enhance production facilities. Still others are embracing a future where their smelters become “e-smelters,” that is, re-tooled to recycle mobile phone components and batteries. And who would have considered five years ago that mining companies would be entering partnerships to seek to improve the efficiency of components used in EVs to mitigate potential shortages?

It can't be stressed enough just how much the world is changing under the feet of the mining (and metals) industry. Perhaps in a few years the concept of asteroid mining will be a reality. This would surely bring environmental and permitting challenges, not to mention the regulatory issues that would of course apply, depending on which country claimed jurisdiction. But with one near-earth asteroid found to be made up almost entirely of iron, nickel, and rare metals like gold, platinum, copper, cobalt, iridium, and rhenium6, the ambition to bypass earthly shortages may already be brewing among some end users.

There's still one critical point to be considered when it comes to EVs and minerals: where is the power generation for the newly enhanced grids going to come from? It seems fairly likely that nuclear energy will have to be part of that solution—something for uranium miners to think about (but that's another blog entirely).

In truth, EVs are just one example of the impact coming from disruptive technologies. But disruption can be either a threat or opportunity, depending on how it is managed. For mining companies, turning disruption into opportunity requires a long-term view capable of assessing how emerging market trends may affect the demand for specific commodities.

That means miners need to understand the places where disruption frequently emerges, such as the start-up community, within business incubators and accelerators, and among educational institutions.

To anticipate market moves, miners should also explore scenario design—which combines human intuition with AI to develop future-oriented strategies. By comprehensively evaluating external risks and their implications—and by monitoring market developments—organizations can turn risks into opportunities and devise more robust and flexible business strategies.

With technology changing so rapidly these days, capitalizing on new trends will be a key differentiator in who succeeds in mining over the next few decades. Whether it's EVs or some other new development, attempting to predict the future—while never easy—will be more important than ever.

Fonte: Deloitte

Data: 17/06/2020



DEMANDA É MAIS AFETADA POR COVID-19 QUE OFERTA DE PRODUTOS MINERAIS

Os eventos de interrupção relacionados à pandemia do Covid-19 duram mais do que o esperado, o que é uma boa notícia para os mineradores não afetados, mas é improvável que o fechamento de minas compense totalmente o colapso da demanda.

Esse é o resultado mais recente do "rastreador de perda de suprimentos" desenvolvido pelo Citi, que vê um aumento significativo nos estoques de minerais no início do próximo ano.

De acordo com a edição mais recente do relatório do rastreador, as suspensões totais e as amplas restrições em nível nacional associadas ao mortal coronavírus terminaram em praticamente todo o globo.

O novo desafio para os proprietários de minas é retornar à capacidade total e isso está se mostrando difícil, o que significa que o impacto no fornecimento será prolongado por mais tempo e "aumentará as perdas totais".

Cobre e minério de ferro são destacados para uma menção especial na análise do banco, à medida que problemas continuam a surgir em operações a céu aberto do Chile e do Brasil, mas são produtos da mineração subterrânea que estão sentindo os maiores efeitos do vírus sobre os trabalhadores em situação de espaços restritos.

A ferramenta de rastreamento de vírus desenvolvida pelo Citi concentra-se em 17 minerais e inclui commodities a granel, além de metais industriais e preciosos.

"Apesar das perdas prolongadas, é provável que o impacto sobre a oferta ultrapasse a extensão do colapso da demanda", avalia a instituição.

O metal considerado mais afetado pelo fechamento de minas e outras medidas de restrição, como a desaceleração dos sistemas de transporte, é a platina, graças à grande contribuição das minas na África do Sul, seguida pelo seu associado paládio.

Estima-se que a produção perdida de platina seja 16,7% da oferta anual total. O déficit de paládio é considerado 10,6% da oferta global. O zinco, que sofre um déficit de oferta de 11% devido a eventos de interrupção, é o mais afetado dos metais básicos, enquanto o déficit de prata é de cerca de 6%.

Mas é improvável que a oferta perdida para a pandemia corresponda às perdas de demanda causadas pelo mesmo vírus.

"Em uma base anual, continuamos esperando que, apesar das perdas prolongadas, o impacto na oferta provavelmente supere a extensão do colapso da demanda", afirmou o Citi.

O banco acredita que 2020 mostrará um excedente significativo para a maioria dos metais, com estoques muito mais altos em 2021 do que no início de 2020.

O Citi disse que as taxas contínuas de interrupção caíram, mas ainda estão com uma mediana bastante substancial de 5% da oferta anualizada. Isso comparado a uma interrupção "maciça" de 15% no início de maio.

A disseminação da Covid-19 na América do Sul está se mostrando um grande problema para as mineradoras de cobre (Chile) e minério de ferro (Brasil).

"Os problemas em desenvolvimento no Chile e no Brasil podem aumentar significativamente as taxas de interrupção do cobre e ferro nas próximas semanas e meses", afirmou o Citi.

"A recente paralisação do complexo de minério de ferro de Itabira, de 30 milhões de toneladas por ano, aumenta o risco de novas perdas de fornecimento do Brasil e adicionamos mais 10Mt de interrupção não alocada no saldo marítimo do trimestre de setembro."

"Até agora, a produção chilena de cobre tem sido surpreendentemente firme, mas o impacto da redução da força de trabalho e da retirada diferida (da mina) deve pesar na produção futura", acrescenta o relatório.

"A pressão sindical, os terremotos, a seca e o risco de o aumento de infecções sobrecarregar os serviços de saúde são motivos de cautela quanto ao fornecimento de cobre no Chile".

As perspectivas do Citi para interrupções em outros metais incluem:

- Níquel, onde o risco de fornecimento nas Filipinas e na Indonésia foi moderado, deixando as maiores interrupções em andamento no projeto Ambatovy, em Madagascar. Diz-se que a produção de níquel nas Filipinas voltou ao normal, enquanto a produção de níquel na Indonésia parece ter sido praticamente ininterrupta, apesar das restrições que impediram algumas atividades de construção. No total, espera-se um declínio de 5% na oferta global de níquel neste ano.

- É improvável que o suprimento de alumínio seja afetado quando as fundições forem reiniciadas. A alumina, o material precursor do metal de alumínio, está sob maior tensão, com possíveis fechamentos.

- O zinco, como mencionado anteriormente, sofreu o maior impacto dos metais básicos, com um declínio de 7% no suprimento anual de material recém-extraído, que deverá ter um impacto crescente na produção de fundições e no balanço de metais refinados até o segundo semestre de 2020.

Uma comparação dos riscos da Covid-19 em minas subterrâneas e a céu aberto destacou o desafio enfrentado pelas operações sul-africanas devido às dificuldades na implementação do controle de distanciamento social e quarentena, devido a questões mais limitadas de espaço de trabalho e ventilação.

Usando uma avaliação baseada nos riscos de país, ativos e suprimentos, o Citi concluiu que o paládio era o metal com maior risco quando avaliado quanto a questões demográficas e de mineração subterrânea. O níquel subterrâneo teve o menor perfil de risco.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 17/06/2020



MINÉRIO ENFRENTA TESTE COM CHOQUE NO BRASIL E DEMANDA DA CHINA

O **Brasil** novamente assume papel fundamental para definir a direção dos preços globais do **minério de ferro**, já que o país, segundo maior produtor do mundo, responde por uma fatia significativa da oferta.

Mas, assim que o choque de oferta diminuir, o destino do mercado dependerá da recuperação econômica ainda frágil da **China**.

O principal ingrediente siderúrgico é negociado acima de US\$ 100 a tonelada desde o fim de maio, impulsionado pela interdição do complexo de mineração da Vale em Itabira, que responde por 10% da produção da empresa.

Além disso, a China produz aço em volumes sem precedentes, e isso ajuda a fortalecer o desempenho do minério de ferro entre as **commodities** em 2020, beneficiando fornecedoras australianas como **BHP** e **Rio Tinto**.

A primeira pergunta que investidores precisam responder é quanto tempo a **Vale**, maior produtora de minério de ferro do mundo, enfrentará restrições de fornecimento devido à pandemia de coronavírus que atinge Brasil.

Além do lado da oferta, a questão principal está na China: até que ponto o governo de Pequim vai estimular a infraestrutura, intensiva em aço, para impulsionar o crescimento.

A enorme indústria siderúrgica da China absorve cerca de 70% do minério de ferro transoceânico global e seu controle sobre o consumo mundial cresce cada vez mais em 2020.

Após a primeira onda do vírus ter sido controlada, a demanda disparou com a retomada de atividade de incorporadoras. Autoridades também ordenaram uma aceleração dos projetos de infraestrutura para combater a crise econômica.

Consequentemente, a produção de aço atingiu recorde mensal em maio, estendendo décadas de expansão.

“Como converter a explosão da demanda por aço após o controle eficaz de vírus da China em demanda sustentada ainda é um problema”, disse Wu Wenzhang, fundador e presidente da consultoria Shanghai Steelhome E-Commerce.

“O investimento em infraestrutura aliviará a pressão negativa sobre a economia, mas produtos relacionados ao consumidor e à exportação devem enfrentar obstáculos ao longo do ano.”

Projeções de preços

A previsão de preços no curto prazo é difícil desta vez, dada a incerteza sobre as intervenções judiciais na produção da Vale, disse o analista da RBC Capital Markets, Tyler Broda.

Os preços podem facilmente ultrapassar US\$ 120 a tonelada se houver mais problemas de oferta no Brasil, de acordo com o Citigroup, segundo o qual a demanda por aço da China parece resiliente rumo ao verão à medida que setores como automotivo e manufatureiro começam a se recuperar.

“É difícil avaliar em que direção os preços podem ir no curto prazo”, disse Broda, da RBC. “O Brasil é uma grande parte da história, mas não o único fator.”

Há muito em jogo para produtoras de minério de ferro. Cada aumento de US\$ 1 nos preços médios anuais de minério de ferro adiciona US\$ 233 milhões a uma medida de lucro operacional da BHP, de acordo com comunicado de fevereiro.

Para a Rio Tinto, uma valorização de 10% dos preços gera aumento total de US\$ 2,1 bilhões, informou a empresa em relatório em março.

As empresas também se mostram otimistas sobre as perspectivas de demanda a longo prazo. A BHP e a Fortescue avaliam opções para expandir a capacidade portuária, medida que poderia permitir aumentar as exportações, enquanto o programa de US\$ 4 bilhões da Rio Tinto para o desenvolvimento de minas dará à empresa novas opções para aumentar os volumes.

Fonte: Money Times

Data: 17/06/2020



COPPER SUSTAINABLE GROUP EXPECTS MORE MEMBERS FOLLOWING RIO TINTO'S UNITS

SINGAPORE - Copper Mark, a traceability system launched by the International Copper Association (ICA), expected more members this year after two units of mining giant Rio Tinto joined in May.

Copper Mark was launched in April 2019 as part of ICA's effort to bring the whole copper supply chain in par with the rising standards and expectations for responsible copper production.

It welcomed Oyu Tolgoi in Mongolia and Kennecott Utah Copper in the US, both owned by Rio Tinto, and expected members of the ICA to be among the early adopters, said **Michele Brulhart**, its executive director.

"There wasn't a system in place for the copper industry to demonstrate responsible production practices," Brulhart told Reuters.

"There are opportunities for some of the mining companies but they ...certainly don't go beyond the production stage," she added.

ICA's members include most of the world's biggest miners, such as Chile's Codelco, BHP Group, Glencore, Freeport-McMoRan, or Anglo American and some smelters and fabricators.

Brulhart said those certified under Copper Mark would be qualified for the London Metal Exchange's (LME) responsible sourcing requirements, a key driver for potential participants.

Copper Mark's process takes up to two years and renews every three years. It accepts existing qualifications, such as the International Council on Mining & Metals' performance expectations to avoid redundancy.

The coronavirus pandemic has slowed down Copper Mark's adoption but there is a need for the system, said Brulhart, who will speak at next week's Copper to the World Online conference and expect to hear feedback from the industry.

"LME's move to include this responsible sourcing requirements is a recognition that this is becoming more of an expectation," Brulhart said.

"So (it's) less of a 'nice to have' that will distinguish you and really more of a basic expectation that you produce your metal responsibly."

Fonte: Mining Weekly

Data: 17/06/2020

S&P Global Platts

CHINA'S DCE CURBS IRON ORE TRADING VOLUMES TO REDUCE FUTURES VOLATILITY

The Dalian Commodity Exchange has imposed a limit of 30,000 lots per day on trading iron ore futures contracts with effect from June 16, the exchange announced in a notice June 15.

The move was interpreted by the market as being an attempt to curb speculation, amid high iron ore prices.

Iron ore prices have been rising sharply in recent weeks, gaining 25% since the start of May, with the industry benchmark S&P Global Platts IODEX assessed at \$105.45/mt on June 16.

Market sources attributed the sharp rise in iron ore prices mainly to concerns of supply uncertainties stoked by coronavirus-related mine closures, combined with soaring steel output in China, which hit an all-time high in May at 92 million mt, up 4.2% on the year, data from the China Iron and Steel Association, or CISA, showed.

The Chinese domestic steel market, which is highly reliant on imports of the steelmaking ingredient, is sensitive to its supply disruptions and price rises.

The DCE note specifically states that the combined trading volume of opening long and short positions on all iron ore futures contract tenors by a single company should not exceed 30,000 lots, representing 3 million mt of iron ore per day.

The daily limit exempts hedging trading volume and market-making trading volume of opening positions, and took effect during the June 15 night trading session.

The measure was put in place "to ensure stable operation and growth of the iron ore futures market," DCE said in a separate statement posted on its website.

"The regulation is [meant] to curb the recent hyped market sentiment by limiting trading volume for certain speculators. Market prices need to be driven by fundamentals," said an analyst at a major Chinese futures company.

Traded volume and value of the exchange's iron ore futures contracted sharply on June 16, both losing about 26% on the day to 130 million mt and Yuan 100 billion, respectively, according to information on DCE's website.

The most actively traded iron ore contract for September 2020 delivery closed at Yuan 781/mt on June 16, up 2.4% day on day.

But in terms of its impact on daily trading for individuals and companies, an international trader said the limit was "unlikely to affect normal trading activities, as 30,000 lots per day is a large enough volume [for usual trading needs]."

Volatility in iron ore prices

This is not the first time that DCE has issued a notice during a price rally, seemingly aimed at keeping a lid on excessive speculation.

On June 2, DCE had issued a notice to address "increasing uncertainties and rising price volatility in the iron ore market" and advised its members to "strengthen investor education, enhance market risk management, and remind clients to trade rationally and in compliance [with regulations]."

This had followed a 3% surge in daily settlement prices on May 29 for the DCE's September iron ore futures contract, amid market speculation about a stoppage at Brazilian mining giant Vale's Itabira mining complex due to a number of COVID-19 cases. The stoppage was confirmed by Vale on June 5.

Similarly, when prices rallied in the second and third quarters of 2019 and breached the \$100/mt mark, DCE raised its iron ore trading fee by 0.004% to 0.015%, which sources said was aimed at cooling off speculative interest.

Highlighting the level of concern among China's steelmakers about the fast developing virus outbreak situation in Brazil, Chinese steelmaker lobby group CISA held a meeting on June 2 with Vale to seek clarity on the impact on its production and operations.

Vale on June 6 confirmed that its annual production guidance would remain unchanged at 310 million-330 million mt for 2020.

With the extended monsoon season in Brazil already hurting shipments in the first quarter of 2020, iron ore fines inventory at the main Chinese ports have dropped to multi-year lows of around 107 million mt, market participants said.

There are also concerns over potential supply disruptions at the remaining mining complexes in Brazil, including Vale's flagship Carajas mine, amid escalating numbers of COVID-19 cases in the country.

While a slowdown in steel consumption due to the rainy season in southern China and the reintroduction of strict lockdowns in Beijing amid a new coronavirus outbreak may bring near-term pressure to iron ore demand, future market direction could depend on how long the supply tightness will persist.

Fonte: S&P Global Platts

Data: 17/06/2020



SIGMA ANUNCIA PROPOSTA VENCEDORA PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE LÍTIO EM MG

A Sigma Lithium anunciou na segunda-feira (15) que a empresa espanhola Duro Felguera S.A. apresentou a melhor proposta na primeira fase da tomada de preços para o contrato de engenharia, suprimentos e construção (EPC, na sigla em inglês) para o desenvolvimento do projeto de lítio Grota do Cirilo, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A previsão é de que o Primero Group Americas seja subcontratado para executar os serviços de engenharia da operação.

O projeto, avaliado em R\$ 500 milhões, prevê uma operação de mineração e processamento de 1,5 milhão de toneladas por ano de espodumênio de concentrado de lítio, segundo estudo de viabilidade direcionado para o depósito de Xuxa.

Em comunicado, a Sigma informou que a Duro Felguera apresentou proposta com preço máximo bruto atualizado em várias moedas de US\$ 22,8 milhões e R\$ 182,1 milhões para o contrato EPC. No documento, a mineradora salientou que o custo é "menor que o estimado no relatório de estudos de viabilidade" do projeto.

A Sigma firmou um memorando de entendimento (Mou, do inglês memorandum of understanding) com a Duro Felguera após a empresa espanhola, na primeira fase do acordo, apresentar um cronograma para o avanço à fase seguinte confirmando quantidades e preços no Capex previsto para o projeto, entre outras medidas.

De acordo com o comunicado, o Mou foi feito com base em um custo de construção da planta de Grota do Cirilo de US\$ 59 milhões (com taxa de câmbio de R\$ 5,05 por dólar), valor abaixo dos US\$ 66 milhões previstos no estudo de viabilidade do projeto, apresentado em novembro do ano passado.

"A desvalorização aproximada de 30% do real brasileiro desde então teve o efeito geral de diminuir o Capex do projeto, cuja parcela material deverá ser originada internamente no Brasil e, portanto, denominada em real", observa o documento.

A Sigma informou que, na próxima fase do acordo, a Duro Felguera apresentará uma proposta de contrato EPC incluindo preço lump sum turnkey (montante fixo global e com prazo determinado por todo o projeto) que "não deve exceder" o valor apresentado na proposta inicial.

O memorando de entendimento prevê ainda a subcontratação do Primero Group Americas, subsidiária da australiana Primero Group, para a execução dos serviços de engenharia do projeto. "Os serviços devem incluir assistência à empresa (Sigma) na obtenção de financiamento do projeto, apresentando e apoiando a empresa com diferentes credores em potencial", salienta a mineradora.

"Estamos ansiosos para trabalhar em estreita colaboração com a Duro Felguera, que se juntará à Primero como parceiro de EPC para construir nosso projeto Grota do Cirilo", afirmou o diretor-executivo da Sigma, Calvyn Gardner.

"Uma empresa de engenharia com o conjunto de habilidades correto é extremamente importante para o sucesso do projeto - inclusive por meio de análises de valor e medidas de eficiência de compras - que devem proporcionar economia e reduzir o custo total estimado de capital", acrescentou Gardner, ressaltando ainda que o acordo em várias moedas, sem a volatilidade do câmbio, "é uma indicação clara da experiência da DF (Duro Felguera) em contratos de EPC no Brasil".

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 16/06/2020

CHUQUICAMATA SERÁ MINA SUBTERRÂNEA

A Codelco está transformando a mina a céu aberto de ouro e cobre de Chuquicamata em uma avançada operação subterrânea de alta tecnologia. A mina foi pioneira na exploração de cobre no Chile e iniciou suas atividades em 1882. Agora, através da exploração de seu potencial subterrâneo, iniciado em 2019, a empresa pretende aumentar sua vida útil em 40 anos.

Para isso, a Codelco está investindo em várias unidades das carregadeiras Epiroc modelos Scooptram ST1030 e ST18, jumbos de perfuração Epiroc Boomer S2, equipamentos para atirantamento Epiroc Boltec M e caminhões Epiroc MT65, o caminhão subterrâneo com maior capacidade de carga do mundo. As máquinas também serão equipadas com soluções 6th Sense para automação, conectividade e gerenciamento de informações. O pacote inclui o sistema Epiroc RCS (Rig Control System), que prepara o equipamento para automação e controle remoto, além da tecnologia Epiroc Certiq, que permite o monitoramento inteligente do desempenho e produtividade da máquina em tempo real. As entregas dos equipamentos, no valor de US\$ 20 milhões, ocorrerão ainda este ano.

"Estamos orgulhosos de sermos um parceiro importante da Codelco e poder prolongar significativamente a vida da mina Chuquicamata da maneira mais produtiva, eficiente e segura possível", diz Helena Hedblom, Presidente e CEO da Epiroc. Juan Mariscal, Gerente de Categoria de Suprimentos da Codelco, diz: "A Epiroc foi escolhida porque cumpria todos os requisitos técnicos, de segurança e desempenho exigidos pela Codelco para o Projeto da Mina Subterrânea de Chuquicamata, sendo a empresa que forneceu a melhor proposta econômica para todos os seus equipamentos como um todo".

Fonte: Brasil Mineral

Data: 16/06/2020



CPRM REALIZARÁ AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DIA 19/6 PARA CESSÃO DE DIREITOS MINERÁRIOS

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) vai realizar audiências públicas no dia 19/06 referentes aos documentos editalícios das Promessas de Cessão de Direitos Minerários dos prospectos Cobre – Bom Jardim de Goiás (GO); Fosfato – Miriri (PB-PE).

Serão oferecidos aos investidores títulos minerários de minério de cobre em Bom Jardim de Goiás (GO), na porção Oeste de Goiás, e os direitos sobre jazidas de fosfato na região costeira dos estados de Pernambuco e Paraíba, denominado Projeto Miriri.

As minutas do edital, contratos e documentos correlacionados foram apresentadas pela CPRM em 29 de maio.

Bom Jardim — O Projeto Cobre Bom Jardim é composto por um processo minerário em uma área total de 1.000 hectares, apresenta recursos minerais estimados em 4,43 milhões de toneladas, com teor médio de 0,44% de cobre, além de subprodutos como cobalto, ouro e grande potencial para descobertas de outros bens minerais.

Miriri — O Projeto Miriri (imagem abaixo) corresponde a sete processos minerários divididos em dois blocos entre os estados da Paraíba e Pernambuco, totalizando 6.112,18 hectares com 55 milhões de toneladas de minério de fosfato e teor médio de 6,35% de P2O5.

A licitação será realizada pelo modelo de maior oferta de preço (bônus de assinatura) e pagamento de royalties sobre a receita bruta. Ou seja, o vencedor será aquele que oferecer o valor de bônus de assinatura. No caso de Bom Jardim de Goiás o valor mínimo será de R\$ 2.563.166,00. Já para o lote do Projeto Miriri, o valor inicial é de R\$ 2.461.080,00.

O percentual de royalties será fixo, correspondente a 1,0% para ambos os lotes. Os royalties não têm qualquer relação com tributos ou mesmo com a Compensação Financeira Sobre Exploração Mineral (CFEM).

Conforme estabelece o edital, as propostas deverão ser entregues em envelopes com a apresentação dos valores. Em caso de empate, a disputa será verbal. Poderão participar do leilão apenas empresas ou consórcios formados por companhias de mineração ou de pesquisa mineral, nacionais ou estrangeiras.

Prazos — Os documentos ficarão em consulta pública até o dia 29 de junho.

As contribuições recolhidas durante o período serão analisadas por um grupo formado por representantes da CPRM, da Agência Nacional de Mineração (ANM) e da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia. Os documentos poderão ser consultados exclusivamente por meio

eletrônico. Comentários e sugestões deverão ser encaminhados à CPRM, via formulário padrão, para o endereço eletrônico ppi.mineracao@cprm.gov.br.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 16/06/2020



GEOSCIENCE BC USING MACHINE LEARNING TO PRODUCE NEW MINERAL DEPOSIT PROBABILITY MAPS

Geoscience BC, a non-profit organization based in western Canada, announced that under its umbrella, Telemark Geosciences completed a project that generated a series of predictive maps based on probability estimates for various mineral deposit types in British Columbia's South Central Region.

The research consisted of combining existing stream sediment geochemical analyses and various classes of mineral deposit types from the BC MINFILE database.

According to Geoscience BC, the regional stream sediment geochemistry dataset was previously compiled for the QUEST-South Catchment Basin Analysis and Stream Sediment Exploration project, which was completed in 2011.

In a press release, the organization said that the multi-element geochemistry was integrated with MINFILE deposits, prospects, occurrences and anomalies.

The application of advanced multivariate statistics and machine learning methods resulted in maps where increased mineral resource potential was identified with measures of likelihood (probability).

"The methodology described in the report and the resulting predictive maps demonstrate that the application of modern statistical methods combined with machine learning can predict various types of mineral resources based on regional geochemical survey data," project lead Eric Grunsky said in the media brief.

Fonte: Mining.Com

Data: 15/06/2020



OPERAÇÃO DO NIÓBIO DEVE SER DEFINIDA ATÉ AGOSTO, DIZ ZEMA

BNDES analisa os dados dos recebíveis do nióbio para decidir sobre compra do ativo

O governador Romeu Zema (Novo) disse que há avanços em relação à operação de antecipação dos recebíveis do nióbio e que ele espera que haja uma definição sobre o tema até agosto. A aposta do governo estadual, agora, é que o BNDES compre de Minas Gerais os direitos sobre os recebíveis. Pouco antes do início da pandemia, Zema foi à Brasília acompanhado de parte do secretariado para discutir a operação junto ao Ministério da Economia. O governo de Minas espera arrecadar entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 6 bilhões.

"O BNDES, por essa operação ser um valor altíssimo, já recebeu todos os dados, mas não é uma operação que é concretizada em 30, 45 dias. É uma operação que leva aí no mínimo seus 90 dias. Eu penso que seria agora em agosto, com certeza nós já vamos ter um cenário bem definido sobre essa operação", disse em entrevista exclusiva a **O TEMPO**, completando que está esperançoso que a operação sairá, mas que ela resolve apenas temporariamente o problema do fluxo de caixa do Estado.

Desde novembro do ano passado, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) autorizou o governo estadual a antecipar os recebíveis do nióbio junto ao mercado. A ideia era realizar um leilão na Bolsa de Valores de São Paulo. O valor seria utilizado para pagar o 13º do funcionalismo público. A operação não foi concretizada e, com a chegada da pandemia do novo coronavírus, o leilão foi suspenso.

"Do meu ponto de vista é uma operação até melhor que no mercado porque quando se fala no BNDES, que é um banco federal, ninguém vai questionar que houve algum privilégio ou falta de transparência no processo", disse o governador.

A operação foi contestada no ano passado pelo Ministério Público de Contas de Minas Gerais, que chegou a pedir a suspensão da operação. O argumento das procuradoras Maria Cecília Borges e Sara Meinberg era de que o Estado não dispunha de informações suficientes para avaliar o valor dos recebíveis do nióbio até 2032, o que poderia levar o governo a vender o ativo por um montante inferior ao que ele realmente vale.

Fonte: Jornal O Tempo

Autor: Pedro Augusto Figueiredo

Data: 15/06/2020

MINERAÇÃO BAIANA DEVE RECEBER US\$ 12,8 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

Produções de cobre, zinco, bauxita, ferro, vanádio e calcário serão beneficiadas

Historicamente, as regiões mais próximas ao litoral são mais favoráveis para o desenvolvimento no Brasil. A colonização do país se iniciou nas áreas próximas ao mar, até pela facilidade de exportação. Mas desde os primórdios da história deste país, a mineração subverte esta lógica. O ouro primeiro, depois o ferro, foram descobertos longe do litoral e ajudaram a dar nome a um estado brasileiro – Minas Gerais. E agora, por um capricho da natureza, a Bahia tem a oportunidade única de desenvolver o seu interior, graças às riquezas minerais.

As perspectivas para o setor mineral baiano a médio e longo prazo são igualmente positivas. As 20 principais mineradoras do país anunciaram planos de investir nos próximos anos aproximadamente US\$ 40 bilhões, de acordo com dados do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram), com previsão da geração de 63 mil empregos diretos e indiretos. Deste total, US\$ 12,8 bilhões serão investidos na Bahia, em projetos relacionados à produção de cobre, zinco, bauxita, ferro, vanádio e calcário, entre outros. O volume previsto para o estado representa 32% do total para o Brasil.

Mesmo com a crise provocada pelo coronavírus, o setor tem uma previsão de aumentar em 11% os investimentos este ano.

Por uma questão de justiça é importante ressaltar que a atividade já exerce o papel de transformação socioeconômica no estado. Mesmo no período atual, marcado por quedas na atividade econômica e perspectivas de desemprego, a mineração baiana registra um crescimento de imponentes 59% no primeiro trimestre do ano, na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com dados do Sindimiba, sindicato que representa as empresas de mineração no estado. Isso porque novas minas entraram em operação, operações foram ampliadas, mas o melhor é que ainda há espaço para crescimento.

“A Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste) vai exercer um papel tão significativo para o desenvolvimento da economia baiana que às vezes é até difícil de mensurar”, diz o presidente do Sindimiba, Paulo Misk, que também é CEO da Largo Resources, dona da Vanádio de Maracás.

Ele destaca a projeção para o aumento do pagamento de Cfem, o royalties da mineração, como um exemplo do impacto econômico que se pode esperar para o estado. “O Brasil tem uma arrecadação de Cfem de R\$ 1 bilhão, mas o total de tributos federais, estaduais e municipais recolhidos pelas mineradoras é da ordem de R\$ 12 bilhões”, destaca. A proporção entre o Cfem e o ICMS normalmente é de R\$ 3 arrecadados em ICMS para cada R\$ 1 pago em royalties.

Mas o impacto vai além, destaca. “Nossa atividade gera, em média, 11 empregos por cada hectare de terra utilizado. Além disso, cada emprego criado na mina permite a geração de outros 11 empregos no decorrer da cadeia de produção”, explica Paulo Misk.

O presidente do Sindimiba lembra que há décadas a mineração tem ajudado municípios do interior baiano com a geração de emprego e renda. É o que se pode notar em cidades como Jacobina, Brumado, Jaguarari e Campo Formoso e, num passado mais recente, nos municípios de Itagiba ou Maracás, entre outros.

“ESTE EFEITO MULTIPLICADOR DE RIQUEZAS, GERADOR DE RENDA, VAI SE AMPLIAR PELO INTERIOR DA BAHIA COM A FIOI. E OLHE QUE NÃO SE TRATA DE UM PROJETO QUE VAI ATENDER APENAS À MINERAÇÃO. VAI CRIAR UM CICLO VIRTUOSO, COM A GERAÇÃO DE RENDA A PARTIR DA MINERAÇÃO SE DIFUNDINDO PARA UMA SÉRIE DE OUTRAS ATIVIDADES” PAULO MISK, PRESIDENTE DO SINDIMIBA E CEO DA LARGO RESOURCES.

Ele acrescenta que o momento em que se discute a retomada das obras e a conclusão do projeto é bastante positivo para a Bahia. “Nós estamos vendo o quanto o setor de serviços foi impactado pela Covid-19. A mineração segue com os preços de seus produtos valorizados e pode dar uma enorme contribuição para a recuperação econômica”, projeta. “Nem sempre se percebe isso por se tratar de um setor na base de outras cadeias produtivas”, destaca.

Grandes oportunidades

O presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, destaca que logo de cara a implantação da Fiol vai permitir o início de uma operação da Bamin, que vai produzir inicialmente 20 milhões de toneladas de minério de ferro.

“TÃO LOGO A INFRAESTRUTURA (DA FIOI) SEJA IMPLANTADA, AINDA TEMOS A EXPECTATIVA DE OUTROS PROJETOS, QUE DEVERÃO ELEVAR A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO EM UM CURTO ESPAÇO DE TEMPO PARA ATÉ 40 MILHÕES DE TONELADAS POR ANO” ANTONIO CARLOS TRAMM, PRESIDENTE DA COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL (CBPM).

Além disso, Tramm acredita que a oferta de infraestrutura de produção poderá estimular a atração de um polo para o beneficiamento da produção baiana de rochas ornamentais. Atualmente, a Bahia está entre os principais produtores do bem mineral no país, mas as rochas deixam o estado sem beneficiamento e, por isso, com baixo valor agregado. “Com uma estrutura adequada para a movimentação, alfândega associada ao eixo ferroviário, podemos deixar de enviar as peças brutas para o Espírito Santo e passar a exportar produtos de alto valor agregado”, diz.

Ele destaca ainda o potencial para o beneficiamento da cadeia de quartzo, da implantação de uma estrutura para a lavra-beneficiamento do ferro gusa nos municípios de Jequié, Boa Nova e Ibicuí, além do beneficiamento do minério de ferro, com o processo chamado de pelotização.

Outro benefício, acrescenta, será o aumento na segurança das operações para o transporte do urânio produzido pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB). A região Sudoeste da Bahia possui reservas de 99,1 mil toneladas de urânio. A Província Uranífera de Lagoa Real está localizada em uma área de 1,2 mil quilômetros quadrados (km²) onde já foram identificados 38 depósitos do mineral com alto grau de pureza. Atualmente, o transporte do material produzido é feito pelas rodovias baianas. “Podemos ter uma operação muito mais segura, retirando este urânio pela ferrovia e despachando ele pelo Porto Sul”, defende Tramm.

O presidente do Ibram, Flávio Penido, lembra que a extração do minério depende essencialmente de uma boa logística para ser bem sucedida. “O preço final do minério é extremamente afetado pela logística, a tal ponto que se não tiver boas condições inviabiliza o empreendimento. A Bahia é o maior estado produtor de sete bens minerais, tem uma produção expressiva de diamantes, mas pode se destacar ainda mais”, acredita.

A condição de principal destino das pesquisas minerais no país é mais um fator que indica boas perspectivas de futuro para a mineração baiana, acredita Penido. “Os projetos na mineração são feitos a médio e longo prazo, faz-se muita pesquisa, mas em determinado momento eles acontecem. Então, eu acredito que teremos muitas outras boas notícias da Bahia”, diz, ressaltando o trabalho da CBPM na oferta de informações básicas de pesquisa sobre o subsolo baiano.

Fonte: Jornal Correio*

Data: 15/06/2020



MINAS GERAIS: ANM INSPECIONA EMERGENCIALMENTE BARRAGENS DA VALE QUE NÃO ESTAVAM CADASTRADAS

Mineradora apontou a existência de estruturas próximas a Belo Horizonte que não constavam no sistema da agência.

Os técnicos da Agência Nacional de Mineração fizeram uma vistoria extraordinária em oito barragens da mineradora Vale em Nova Lima, Ouro Preto e Catas Altas – municípios do estado de Minas Gerais. As estruturas, todas inativas, não estavam oficialmente registradas nos sistemas da ANM e nunca tiveram acompanhamento por nenhum outro órgão de controle.

A inspeção aconteceu na última quarta-feira (10), depois que a empresa informou, no dia 28/05, que identificou 12 barragens e diques de sua propriedade que deveriam estar cadastrados no Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM). Por conta do isolamento dos técnicos da ANM em Minas Gerais, que apresentaram casos de COVID, especialistas do Distrito Federal precisaram se deslocar até o estado para a ação emergencial, realizada em conjunto com policiais do Núcleo de Combate aos Crimes Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais.

A vistoria foi feita em oito barragens consideradas prioridade pela ANM – três que tiveram o nível de emergência 1 acionado pela Vale (barragens 6 e 7 da Mina de Águas Claras, em Nova Lima, e a área IX da Mina de Fábrica, em Ouro Preto) e outras cinco que estão abandonadas na Mina Pitangui, em Catas Altas. O Nível 1 significa comprometimento potencial de segurança.

A operação buscou averiguar o cadastramento e a classificação das barragens, que foram inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e passarão a contar com estudos de cenário de ruptura hipotética e Planos de Ações Emergenciais (PAEBM). Os documentos deverão ser elaborados pela mineradora e apresentados à ANM, que ainda fará outra série de exigências à empresa.

Fonte: ANM

Data: 12/06/2020

CONGO'S GOLD BEING SMUGGLED OUT BY THE TONNE, U.N. REPORT FINDS

Gold production in Democratic Republic of Congo continues to be systematically underreported while tonnes of the precious metal is smuggled into global supply chains through its eastern neighbours, a United Nations report has found.

The countries along Congo's eastern border have long been conduits for gold worth billions of dollars mined using rudimentary means by so-called "artisanal" miners.

Difficult to trace, trade in the precious metal has fueled regional wars, funded rebel fighters and led to UN sanctions on traders involved in a bid to staunch the flow.

North Kivu, South Kivu and Ituri provinces reported official production of just over 60kg of artisanal gold in 2019, yet exported a total of just over 73kg, the UN Group of Experts on the Congo found in its annual report.

The group estimated that at least 1.1 tonnes of gold were smuggled out of Ituri province alone in 2019. That would have earned the government up to \$1.88 million in taxes had it been legally exported.

Across all gold-producing provinces the loss is likely much greater. Artisanal miners in Congo produce 15 to 22 tonnes of gold a year, Germany's Federal Institute for Geosciences and Natural Resources has estimated.

"The country remained one of the Great Lakes region's largest artisanal gold producers, and yet one of its smallest official exporters," the Group of Experts wrote.

Asked by Reuters about the report, Congo's mines minister, Willy Kitobo Samsoni, said he could not immediately share his figures on mineral smuggling from the east of the country.

The UN experts also found that Uganda and other neighbouring countries export far more gold than they produce, suggesting they might still be staging posts for smuggled Congolese gold.

More than 95% of gold exports from Uganda in 2019, which totaled just over 25 tonnes, were not of Ugandan origin, the group estimated, based on 2018 production and 2019 export data.

Uganda's gold exports more than doubled in 2019 compared with the previous year, central bank data showed in March.

Uganda's energy minister did not immediately respond to a request for comment on the report.

Smugglers told the Group of Experts that Kampala was a main trading hub for gold from Ituri. Smuggled gold from South Kivu went to Burundi, Rwanda, the United Arab Emirates, and Tanzania, the report added.

Fonte: Reuters

Autores: Helen Reid e Hereward Holland

Data: 12/06/2020



COMO ALGORITMOS EA CHINA PRECIPITARAM O NVO BOOM DE COMMODITIES

Cobre e minério de ferro disparam antes da hora nos mercados globais

Cedo demais. Esse é o julgamento que muitos investidores aplicam ao recente aumento geral nos preços dos ativos. Pois não é apenas o **mercado de ações** que se recuperou. Os preços das matérias-primas industriais também aumentaram bastante nos últimos meses. O **minério de ferro** aumentou de US\$ 80 a tonelada para mais de US\$ 100. Os preços do cobre também aumentaram 25%. Isso é notável. A economia global está apenas reabrindo. Parece um pouco cedo para um boom de **commodities**.

É tentador ver parábolas aqui. Talvez a recuperação dos metais seja um modelo para a economia pós-vírus, em que os gargalos da oferta elevam os preços à medida que a atividade volta a funcionar. Talvez isso mostre como o oceano de liquidez criado pelo Federal Reserve e pelo Banco Central Europeu foi levado a mercados financeiros de todos os tipos. Para a escola "muito cedo", é um sinal de que o otimismo está superando a realidade. Talvez seja. Mas grande parte da história das commodities parece ser sobre a **China**.

China segue sendo o maior comprador mundial de commodities

O papel da China é curioso e óbvio. É curioso porque a economia da China deve se tornar mais dependente dos gastos dos consumidores e menos da construção de booms financiados por montantes cada vez maiores de dívidas. É óbvio porque, apesar desse objetivo declarado, a China ainda é o maior comprador mundial de commodities industriais. Quase todo o comércio marítimo de minério de ferro vai para lá. Se os preços do metal estão subindo, é uma aposta justa que algo esteja acontecendo na China.

E assim é. As siderúrgicas estão funcionando bem. Na primeira semana de junho, os altos-fornos de aço da China estavam operando com 92% da capacidade. Isso é muito acima das taxas de 80 a 85% consideradas normais. Grande parte do aço fabricado na China é para edifícios e infraestrutura, como pontes, ferrovias e linhas de metrô.

Com certeza, os indicadores da atividade de construção parecem fortes. As vendas de escavadeiras aumentaram um quinto até agora este ano, em comparação com o ano anterior. Um pipeline de pedidos já estava sendo construído antes da pandemia. Como resultado, a construção recebeu um impulso extra pelos esforços do governo para estimular a economia. Especialistas em China dizem que lições foram aprendidas. Houve um foco maior do que no passado na seleção de projetos que valem a pena, diz Sean Darby, analista de Hong Kong do Jefferies, um banco de investimento.

Austrália retomou a produção de minério de ferro. No Brasil, produção diminuiu

A resposta do suprimento foi liderada pela Austrália, o maior exportador mundial de minério de ferro. O país rapidamente tomou medidas para conter o vírus desde o início. Conseguiu, ao mesmo tempo, manter suas minas na região rica em minério de Pilbara. As exportações de minério aumentaram este ano. Isso contrasta com o Brasil, onde a disseminação do vírus prejudicou a produção. Esses gargalos são uma das razões para preços mais altos. E há uma imagem maior. A indústria de mineração sofreu um ajuste brutal em 2014-16, depois de um boom de uma década alimentado, sim, pela China. O investimento foi cortado; minas foram fechadas; dívidas foram pagas. O resultado é que o setor não possui a capacidade excessiva crônica de muitos outros ciclicamente sensíveis – pense em bancos europeus ou montadoras globais.

Algoritmos de negociação induzem preços altos das commodities

Também há um elemento especulativo no aumento dos preços do metal. Comprar ou vender futuros de **cobre** é uma maneira popular de expressar uma visão sobre a economia mundial. De fato, o cobre pode ter tudo a ver com crença, diz Max Layton, do Citigroup. Muitas das apostas são feitas por algoritmos de negociação, que respondem mecanicamente a sinais financeiros que funcionaram bem no passado. O dólar, que caiu 6% em relação a uma cesta de moedas desde março, geralmente faz parte do semáforo. Um dólar mais fraco permite termos de financiamento mais suaves nos mercados emergentes. Qualquer coisa que ajude as economias de mercados emergentes geralmente é boa para os preços das commodities. Então os algoritmos compram.

O complexo de mudanças de preço se torna retroalimentado. Preços mais altos de minério trazem produtores de custo mais alto de volta ao mercado. Porém, suas margens de lucro são reduzidas à medida que a moeda local se aprecia, porque isso aumenta o custo do trabalho em dólares, nos quais as mercadorias são precificadas. Para restaurar margens, os preços devem subir. Além disso, os custos marginais aumentam quando os preços do aço (usado para peças de mineração) e do petróleo (usado para energia e produtos químicos) sobem. Esses custos mais altos elevam ainda mais os preços, diz Layton.

Um padrão nos mercados é que muitas coisas acontecem rotineiramente. A resposta da China a uma economia fraca é construir; a resposta dos investidores à flexibilização do Fed é comprar ações; a resposta dos algoritmos a um dólar mais fraco é comprar mercadorias. Preços mais altos geram preços mais altos. Os céticos, muito cedo, observam que isso também funciona ao contrário. Sim. Mas o momento está agora com os crentes.

Fonte: Estadão

Data: 12/06/2020



ACORDOS DE ARTEMISA: O PLANO DOS EUA PARA EXPLORAR COMERCIALMENTE A LUA - QUE JÁ CAUSA ATRITO COM A RÚSSIA

A Nasa está sob grande pressão para voltar a levar humanos para a Lua até 2024. A meta é ambiciosa mas, mesmo diante do ceticismo de alguns, a agência espacial americana está redobrando suas apostas na exploração lunar.

Como parte do programa Artemisa, que planeja levar a primeira mulher e o décimo terceiro homem à Lua desde 1972, a Nasa apresentou recentemente algo chamado de Acordos de Artemisa, no qual deixa claro que seus planos vão muito além de uma mera caminhada no solo lunar.

Esses acordos são um primeiro esforço para organizar a exploração da Lua com fins comerciais.

"É uma nova era para a exploração espacial", disse no Twitter Jim Bridenstine, administrador da Nasa, no dia 15 de maio, quando apresentou oficialmente os Acordos de Artemisa.

Bridenstine descreveu os acordos como um conjunto de princípios para "criar um ambiente seguro e transparente que facilite a exploração, a ciência e as atividades comerciais para o bem de toda a humanidade".

O que são exatamente estes acordos e o que eles dizem sobre o futuro da exploração lunar?

Regras do jogo

Os Acordos de Artemisa propõem regras que devem ser respeitadas por quem quer aproveitar as oportunidades que a Lua oferece.

O documento tem como base o Tratado de Espaço Exterior (OST, na sigla em inglês), promulgado pela Organização das Nações Unidas em 1967 e considerado o marco legal da exploração espacial.

Os Acordos de Artemisa estabelecem princípios e propõem que governos e empresas privadas com operações na Lua devem agir com fins pacíficos e transparência.

O documento, que é redigido em termos bem vagos, faz referência à necessidade de criar padrões para se trabalhar de maneira colaborativa. Ele estabelece que é preciso prestar ajuda mútua no caso de emergências, publicar dados e descobertas científicas, proteger o patrimônio e lugares históricos da Lua (como o local onde a Apollo 11 aterrissou) e fazer um bom manejo dos dejetos espaciais.

"Esses acordos são um avanço tremendo para manter o espaço um lugar pacífico", disse Michelle Hanlon, coordenadora do Programa de Leis Espaciais da Universidade de Mississippi, à BBC News Mundo, o serviço da BBC em espanhol.

"É muito importante falar sobre como vamos manejar os direitos e obrigações na Lua antes de chegarmos lá e começarmos a brigar."

Zonas seguras

Além de propor normas de comportamento, os Acordos de Artemisa também falam sobre a extração de recursos do solo lunar, um aspecto que não estava presente no Tratado do Espaço Exterior.

"A capacidade de extrair e utilizar recursos da Lua, Marte e asteróides será fundamental para se apoiar a exploração e desenvolvimento espacial seguro e sustentável", diz o documento da Nasa.

Ele também fala na realização de operações que não gerem conflitos e fala em "evitar interferências prejudiciais", com a criação de "zonas seguras".

"O que acontece se tivermos muitas pessoas buscando os mesmos recursos na mesma área?", pergunta Hanlon.

Segundo a especialista, os Acordos de Artemisa respondem a essa pergunta com o conceito de zonas seguras.

Os acordos dizem que a Nasa e países aliados devem informar o lugar e o objetivo de suas operações lunares, para que possam trabalhar dentro de suas zonas seguras.

Privatização da Lua?

A ideia de zonas seguras está de acordo com uma ordem executiva da Casa Branca, de abril deste ano, que afirma que "os americanos devem ter direito a participar da exploração, recuperação e uso dos recursos do espaço exterior".

Essa mesma ordem executiva estabelece que os Estados Unidos "não veem o espaço exterior como um bem global comum" e por isso defende que se faça um uso público e privado dos recursos espaciais.

Mesmo assim, o conceito de zonas seguras não deixa de ser polêmico.

Dmitry Rogozin, diretor da agência espacial russa Roscosmos, se opõe aos Acordos de Artemisa.

"O princípio de invasão é o mesmo, seja na Lua ou no Iraque", escreveu Rogozin no Twitter quando a imprensa começou a noticiar os acordos, mesmo antes de uma apresentação oficial da Nasa.

Rogozin considera que esta iniciativa vai dar origem a um "novo Iraque ou Afeganistão".

Dimitri Peskov, porta-voz do Kremlin, disse que os acordos vão necessitar "uma análise exaustiva do ponto de vista do direito internacional existente", segundo noticiou a revista Newsweek.

Como explica Hanlon, o OST diz claramente que nenhum país pode se apropriar de territórios do espaço, mas não fala nada sobre o uso de recursos extraídos no espaço.

"Tanto os Estados Unidos como a Rússia criaram o precedente de que se pode tomar coisas da Lua e reivindicá-las a si próprio", diz a especialista.

"Se formos olhar isso da maneira mais pessimista ou cínica, não há dúvida de que as zonas seguras são uma forma de reivindicar direito sobre propriedade. É uma forma de dizer 'não chegue perto de mim'."

Hanlon, no entanto, diz que é preciso deixar de lado a mentalidade de propriedade de terrenos e conceito de estabelecimento de raízes e pensar como se pode proteger as pessoas, as equipes e o patrimônio - sem chamar isso de propriedade.

"Haverá muitos conflitos da interpretação que os Estados Unidos farão do OST para justificar que eles podem extrair recursos da Lua", diz Hanlon.

"Há quem diga que o espaço é um bem comum e quem diga que não, e ambos os lados têm líderes muito inteligentes, de tal forma que não poderemos ir para o espaço de forma segura e sustentável até que os dois lados cheguem a um acordo."

Nesse sentido, Hanlon comemora a criação dos Acordos de Artemisa, porque pelo menos "agora temos algo na mesa para se discutir".

"É melhor fazer essas discussões mais cedo do que tarde."

Mineração lunar

A mineração e a extração de recursos da Lua parecem ideia de ficção científica, mas os especialistas não acreditam que seja impossível.

Paul Byrne, professor de Geologia Planetária da Universidade Estatal da Carolina do Norte, acredita que algo assim será possível nos próximos 20 anos.

Byrne, no entanto, considera que o cenário mais provável não é o de recursos lunares sendo trazidos para a Terra, mas sim da exploração destes recursos no próprio local na Lua ou para transporte a pontos mais longínquos, como Marte, por exemplo.

"Há poucos motivos comerciais para fazer mineração na lua e trazer esses recursos para a Terra", disse Byrne à BBC Mundo.

"Que eu saiba, não há nada na superfície lunar que não se possa conseguir com custos menores na Terra."

Byrne explica que a Lua não parece um lugar particularmente bom para a extração de metais como ouro, prata e elementos raros, porque é muito provável que eles estejam em profundidades impossíveis de se alcançar.

Também se discute a possibilidade de extração de hélio-3, um isótopo de hélio que poderia ser usado como combustível para reatores de fusão, gerando grandes quantidades de energia não contaminante, ainda que não se conheça o volume de hélio-3 que pode ser extraído.

O que faz mais sentido, para Byrne, é construir estruturas na Lua para utilização de recursos e usá-los ali mesmo.

Nos polos Norte e Sul da Lua, por exemplo, há depósitos de bilhões de toneladas de hélio que poderiam servir de combustível para foguetes.

Reabastecer veículos na Lua poderia reduzir os custos de viagem para lugares mais distantes.

Byrne disse que também se pode contemplar outras possibilidades como compactar o solo lunar e usar esse material para construir casas, ou construir casas de plástico e metal e cobri-las com o material do solo lunar, que ajudaria a protegê-las de radiação.

O geólogo, no entanto, afirma que ainda estamos longe de poder criar uma indústria sustentável de mineração na Lua.

"Odeio ser cínico, mas não sei como se poderia ganhar dinheiro com isso", diz Byrne. "Talvez em 60 anos me chamem de idiota por dizer isso, mas por ora ainda não é possível inventar esse mercado."

Byrne se diz cético quanto à possibilidade de voltar a Lua até 2024. "É um prazo extremamente ambicioso."

Mas ele diz que o interesse por mineração na Lua segue crescendo.

"É inevitável que no longo prazo os humanos tenham atividades comerciais no espaço. Os Acordos de Artemisa são um primeiro passo para que estas atividades aconteçam de forma pacífica e colaborativa."

Fonte: BBC News Brasil

Autor: Carlos Serrano

Data: 10/06/2020